

ENTREVISTAS DE UMA HISTÓRIA ESQUECIDA

PEQUENA INTRODUÇÃO A
“LA REPRESIÓN AL SERVICIO
DEL DESARROLLISMO”

Tiago de Oliveira¹

Foi durante o governo do ditador Garrastazu Médici (1969-1973), período de maior fechamento político, que a chamada quarta geração do movimento trotskista no Brasil deu seus primeiros passos.² Em 1971, duas pequenas organizações, surgidas no calor das lutas sociais de 1968, iniciaram sua primeira tentativa de unificação, com a formação do Comitê de Unificação: Organização Comunista 1º de Maio (OC1M) e Fração Bolchevique Trotskista (FBT). A iniciativa correspondia, por sua vez, ao desenvolvimento político das duas organizações, mas seus limites foram determinados pelo duro cerco repressivo imposto pelo regime no Brasil, assim como na América Latina.

Capa do primeiro número da revista *Perspectiva Revolucionária*, publicada pelos trotskistas brasileiros na França em 1975, anuncia a retomada da unificação entre as organizações Fração Bolchevique Trotskista, Outubro e Organização Comunista 1º de Maio. Fundo *Periódicos/Acervo* CEDEM/CEMAP.

A OCIM surgiu em São Paulo como Movimento Estudantil 1º de Maio (MEIM), em referência direta à contramanifestação na comemoração do 1º de Maio realizado na praça da Sé-SP, em 1968.³ Tratava-se de um grupo que aglutinava ativistas do movimento estudantil, ao redor do principal foco de agitação àquela altura, a Faculdade de Filosofia da Maria Antônia. Sua origem, ao contrário do comumente apresentado, não foi uma ruptura com o Partido Operário Revolucionário-Trotskyista (POR-T), tal como a FBT, mas contou, isso sim, com militantes que passaram por esse partido, como Fábio Munhoz⁴ – o que deu ao MEIM, desde sua origem, uma inspiração trotskista. O grupo sobreviveu às investidas da repressão em 1969, mas perdeu grande parte dos seus membros, seja pelo exílio ou pelo afastamento da atividade política. Luiz Araújo⁵, único representante do núcleo original do MEIM, com a incorporação de novos membros, deu continuidade ao grupo e em 1970, já com a denominação de Organização Comunista 1º de Maio, é estabelecida a meta que vai permear toda sua atuação política: a luta pela formação de um Partido Operário.

A FBT, por outro lado, foi criada a partir da expulsão, pela direção do POR-T, de praticamente todos os militantes da regional no Rio Grande do Sul – os gaúchos contestaram o controle político do partido por Posadas e seus apoiadores diretos.⁶ Razão pela qual escolheram a denominação “fração” e, inicialmente, mantiveram sua atenção para esse partido e sua Internacional. Mas coube à FBT, em 1969, a iniciativa de romper o isolamento político dos trotskistas brasileiros em relação ao movimento pela Quarta Internacional. Esse isolamento era o resultado do predomínio exclusivo do POR-T, desde os anos 1950, no movimento trotskista no Brasil. Na Europa, Vito Letizia⁷, representante da FBT, estabeleceu contato com partidos trotskistas da França, Itália e Inglaterra, o que lhe possibilitou o início de uma compreensão mais ampla a respeito do movimento internacional e uma problematização do significado e do alcance das posições que defendia Posadas. Assim, no ano seguinte, em sua 2ª Conferência, a FBT abandonou suas expectativas em relação ao POR-T e à Internacional chefiada por Posadas, avaliação que os paulistas da OCIM também compartilhavam.

Após a conferência, a repressão alcança a FBT, parte de seus membros é presa ou consegue escapar e mergulhar ainda mais na vida clandestina ou partir para o exílio. Bastante fragilizada, a organização sobrevive e se reorganiza em 1971, e logo em seguida, com a OCIM, cria o Comitê de Unificação. A essa iniciativa se junta também o grupo Outubro, formado em Paris por militantes exilados que participaram do MEIM ou da FBT, além de brasileiros sem vínculos políticos anteriores. O Comitê teve vida curta, já em 1972 é encerrado com a nova repressão que se abate sobre a FBT e que, dessa vez, a desarticula completamente até 1975.

Nesse curto período de atividades do Comitê, um dos acordos entre os militantes da FBT e da OCIM era a não definição imediata sobre a adesão a uma das organizações do movimento pela Quarta Internacional, mas o estabelecimento de um programa de pesquisa sobre a história do seu movimento.⁸ Àquela altura, este movimento estava dividido – considerando apenas as repercussões na América Latina – entre o Comitê Internacional e o Secretariado Unificado (e sua correspondente divisão entre maioria e minoria), traduzidas em iniciativas de articulações vinculadas aos países do continente, como as ao redor do POR (Partido Obrero Revolucionario) boliviano e de Política Obrera (PO) da Argentina, e do Partido Revolucionario del Trabajador – La Verdad (PRT-LV).⁹ É neste marco que ocorreram as viagens dos trotskistas brasileiros a países da América Latina, Argentina, Chile e Uruguai, o contato com partidos e organizações trotskistas, a participação em cursos de formação e congressos. Na Argentina, por exemplo, participaram do V Congresso do PRT-LV e de cursos de formação. Foi nesse país também que os brasileiros se reuniram com dirigentes do Socialist Workers Party (SWP) dos EUA. No Chile, encontraram-se com o dirigente do POR boliviano Guillermo Lora¹⁰, com a Frente de Izquierda Revolucionária (FIR), organização chilena, e com os brasileiros, lá exilados, do Grupo Punto de Partida.

Além das reuniões e trocas de publicações, ações que integravam o projeto de estudo sobre a história da Quarta Internacional, eles também realizaram entrevistas com dirigentes trotskistas latino-americanos. Há o registro de pelo menos três entrevistas resultantes dessa iniciativa. Uma feita com Nahuel Moreno,¹¹ dirigente, à época, do PRT – La Verdad, preservada no Fundo Luiz Araújo, no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp-SP. E outras duas, com Guillermo Lora e uma com um dirigente da FIR, registradas na relação dos materiais apreendidos pela repressão no “aparelho” da FBT em São Paulo, nas quedas de 1972. É razoável supor também a realização de uma quarta entrevista com o SWP.

Os brasileiros, por sua vez, também foram entrevistados. A entrevista intitulada *La represión al servicio del desarrollismo*, traduzida a seguir, concedida pelos militantes brasileiros ao jornal *La Verdad*, do PRT argentino, está inserida nesse contexto de atividades. É possível afirmar, pelas fontes disponíveis, que eles participaram do V Congresso do PRT – La Verdad, realizado em outubro de 1971, ocasião em que concederam a entrevista ao jornal e entrevistaram Moreno. Dessa aproximação, foi firmado também um acordo de ajuda da organização argentina com o Comitê, que incluía inclusive ajuda financeira, visando à unificação das organizações no Brasil.¹² O acordo estabeleceu, como pontos iniciais programáticos e de princípios, a oposição total à estratégia guerrilheira, a necessidade de construção de partidos trotskistas e

a batalha pela IV Internacional. Deixava, porém, para depois do congresso de unificação a decisão dos brasileiros sobre sua filiação internacional.¹³

As difíceis condições políticas, no entanto, não possibilitaram a continuidade do Comitê e, conseqüentemente, que o acordo com os argentinos pudesse avançar. A última atividade do Comitê foi sua participação na mal-sucedida Primeira Conferência dos Trotskistas Latino-americanos, realizada no Chile em 1972, organizada pela PO argentina e pelo POR boliviano.¹⁴ As articulações, entre os brasileiros, para a unificação, somente serão retomadas e bem-sucedidas a partir de 1975.¹⁵

La represión al servicio del desarrollismo é o registro das primeiras aproximações dessa geração trotskista com o movimento pela Quarta Internacional. Através dela podemos entrever a avaliação e a denúncia que faziam os trotskistas, naquele momento, da Ditadura Militar brasileira e as perspectivas que esboçaram para a intervenção política, em que já aparece a defesa da luta pelas liberdades democráticas, posição, àquela altura, minoritária entre a esquerda revolucionária brasileira. Mostra também um grande entusiasmo com a unificação, entrelaçado por um otimismo desmedido em relação às possibilidades de atuação política. Os desdobramentos imediatos à entrevista, no entanto, mostraram que eles estavam equivocados na apreciação da relação de forças políticas. No caso do Brasil, estávamos ainda no auge da repressão política que, pouco tempo depois, seria expandida, ou aprofundada, em vários países do continente, a começar pela Bolívia em 1971.¹⁶ Depois de 1968, as condições para a retomada das mobilizações de massa, que eles acreditavam já se esboçar ou que não tardaria para acontecer, levariam ainda alguns anos para ocorrer.

Essas breves notas introdutórias, além de contextualizar a entrevista, servem também para desfazer um equívoco, a ser evitado, de alinhar apressadamente as organizações a uma suposta tradição do movimento trotskista. Traduzidas em expressões como “morenistas”, “lambertistas” ou “mandelistas”¹⁷ – utilizadas posteriormente pelas organizações – incorporadas acriticamente, e muitas vezes com viés anacrônico, em pesquisas acadêmicas sobre o trotskismo recente no Brasil.¹⁸

A repressão a serviço do desenvolvimentismo

Revista de América nº 8/9, mayo/agosto de 1972.

La Verdad entrevistou no ano passado no Brasil os companheiros trotskistas, membros da Organização Comunista 1º de Maio e da Fração Bolchevique Trotskista

(cisão do *posadismo*), que se propõem a construção de um Partido Operário Revolucionário. A entrevista foi publicada nos números 292 e 293 do jornal semanal. Esperamos ter reproduzido com fidelidade o pensamento dos camaradas brasileiros, vítimas, atualmente, da perseguição do regime.¹⁹

1) *Qual é a política econômica do governo brasileiro?*

Cremos que o central para a compreensão da ditadura militar semifascista²⁰ está em sua política “desenvolvimentista”. Em linhas gerais, é a mesma que a traçada pela “Sorbonne” (Escola Superior de Guerra) sob a direção de Castelo Branco.²¹ Não reivindica uma independência, ou uma certa autonomia sobre o imperialismo, mas uma integração cada mais maior com ele. É uma política que responde, fundamentalmente, aos interesses do imperialismo e dos grupos de monopólios integrados a ele. Para sua aplicação, se faz necessário um regime ditatorial com a função de “ajustar” toda a vida econômica, política e social em benefício de uma estratégia, que tem como base a produção de bens duráveis/semiduráveis, investimentos imperialistas em novos setores industriais e voltados para o exterior. Isto é, despreza o mercado interno.

2) *Como se adaptam a esta política a burguesia “nacional” e outros setores burgueses ou pequeno burgueses?*

Até agora tem ocorrido um desenvolvimento econômico, capitalista, não nos níveis alardeados pelo governo brasileiro e pelos defensores do seu “caminho”, que beneficia somente o imperialismo, os monopólios e os setores ligados a eles, direta ou indiretamente. A grande maioria da população não é beneficiada. A burguesia nacional, por ser o setor que tem como mercado, para seus produtos, o interno, se debilita fortemente. A diminuição da capacidade de compra da grande maioria da população diminuiu também seu mercado, determinando o fechamento de várias fábricas. Desde o início, desde Castelo Branco, este setor burguês teve duas opções: ou se integrar no “esquema desenvolvimentista”, ligando-se com o imperialismo, ou diminuir seus rendimentos, transformando-se, na maioria dos casos, em pequena burguesia. É claro que se expressam “lutas” entre esse setor e o imperialismo. Suas críticas à ditadura estão dirigidas contra esse processo. A pequena burguesia também sofre com essa política e aqui se encontra a causa de sua esquerdização. Duas tendências se expressam nesse setor. Uma de proletarianização e outra de incremento do seu poder de compra, tornando os produtos duráveis e semiduráveis acessíveis ao mercado interno.

3) *Qual é a situação do movimento operário, camponês e popular?*

O proletariado e o campesinato, grande maioria da população, não só

são marginalizados completamente da estratégia “desenvolvimentista” como também é dessa condição que, graças à queda contínua no seu nível de vida e sua maior exploração, se desenvolve o capitalismo.

O chamado arrocho salarial é aplicado desde os primeiros dias de 64, e levou, até agora, o salário pago ao proletariado a uma desvalorização real de 40%.

Toda essa política antioperária, reacionária e entreguista gera uma série de novas contradições político-econômico-sociais, que não são comentadas pelo governo ou pelos defensores desse “caminho”, além de aumentar ainda mais as contradições já existentes.

As desigualdades regionais e sub-regionais e a imensa concentração de renda e de capital que beneficiam o imperialismo e seus agentes, enquanto a grande maioria da população sofre com os horrores da fome e desnutrição, servem para aumentar o êxodo rural e as “favelas”, os marginalizados, os párias, a criminalidade e a prostituição.

Recife tem mais da metade de seus habitantes composta de semide-empregados ou desempregados. São milhares de casas construídas sobre palafitas, onde reina a mortalidade infantil, a contaminação e o analfabetismo. Tudo isso foi reforçado desde 1964.

4) Quais são os planos políticos da ditadura?

Para a sua política, a ditadura semifascista não tem o mínimo interesse na existência de canais que possibilitem uma vida política ao proletariado, ao campesinato ou aos estudantes. A experiência brasileira tem demonstrado que, ao encontrar uma mínima possibilidade de intervenção, o proletariado a aproveita em seu benefício, ou seja, em defesa de seus interesses, diametralmente opostos aos da ditadura. Osasco é um exemplo, e a ditadura tem consciência disso. Por isso, o regime reprime violentamente toda a vida política, sindical, estudantil, partidária e busca, através de campanhas patrióticas e de projetos nacionais demagógicos e inaplicáveis, “impactar” e, fundamentalmente, com uma repressão feroz, fascista, evitar que o povo pense e lute.

A principal arma do governo ditatorial é a repressão fascista, uma constante, indescritível pela sua irracionalidade, frieza, brutalidade, ousadia e amplitude. Democratas burgueses e pequeno burgueses, religiosos, intelectuais, operários, camponeses e estudantes, revolucionários e reformistas, marxistas e cristãos, enfim, todos os que se colocam, revolucionários ou não, a lutar contra o semifascismo, são reprimidos, torturados ou condenados a longos anos de prisão. Milhares e milhares de presos políticos, centenas de torturados e mais de 100 mortos por torturas, além de dezenas de jovens revolucionários processados e com possibilidade de pena de morte, são dados

concretos.²² Por outro lado, ao vocabulário comum são adicionados expressões claras sobre o que significa toda a política “desenvolvimentista”, “hidráulica”, “choques elétricos”, “mesa de operações”, “Esquadrão da Morte” etc.

Rubens Paiva²³, industrial democrático burguês, Mario Alves²⁴, dirigente do PC-BR, Marighella e Toledo, dirigentes da ALN²⁵, Lamarca do MR8²⁶, Raimundo Lucena da VPR²⁷, Medina do POC²⁸ e muitos outros, todos dirigentes de diferentes organizações, para falar dos mais conhecidos, foram mortos. A repressão fascista não atinge somente uma classe social ou uma só organização: é muito mais ampla. A unidade de denúncia desses crimes é uma luta contra a ditadura, é um dever de todas as organizações revolucionárias e democráticas. É uma luta de frente única. Todos os antifascistas têm neste momento um ponto comum: a luta contra a ditadura militar semifascista. A luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra as leis antioperárias e antidemocráticas, e pela liberdade de todos os presos políticos, é a base da luta do proletariado no momento atual. E nesta luta, todos os que se situam contra a ditadura têm uma função. Função de denunciar as leis, tanto as públicas quanto as “secretas”, instauradas recentemente pelo regime, conhecidas só pelos funcionários, e que constituem uma aberração.²⁹ E de divulgar toda greve de fome, como a que estão fazendo atualmente os companheiros presos na ilha de Flores.³⁰

5) *Como tem sido e qual é a participação do trotskismo neste aspecto?*

A participação do trotskismo nesta luta contra a ditadura e pelo socialismo deve buscar formar uma frente de ação com outros grupos, ou setores. Nós buscamos a forma de constituir essa frente para a ação. Impulsionamos esta frente, mas ao mesmo tempo lutamos pela construção do partido trotskista e pela revolução socialista.

6) *Como caracterizam o processo que se abre agora?*

Na atual etapa, existem dois fatores fundamentais que se complementam e que caracterizam o novo processo que se abre.

Primeiro: uma crise econômica que já se iniciou e que tende, no médio prazo, a expressar-se violentamente e claramente e que pode colocar em perigo a existência da ditadura militar e sua política pró-imperialista.³¹ A crise econômica já era previsível, antes de se expressar tão claramente a crise do imperialismo, pela impossibilidade de um desenvolvimento econômico como o almejado pela ditadura. Mas a crise do imperialismo foi como uma verdadeira “chicotada” para a confiança da burguesia e da pequena-burguesia na estabilidade da ditadura e sua viabilidade política. As bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo expressaram isso imediatamente.

Toda a política “desenvolvimentista” se baseava fundamentalmente no mercado exterior e especialmente norte-americano. Uma crise do imperialismo ianque aponta diretamente para o seu aliado brasileiro. A elevação de barreiras alfandegárias é um duro golpe para a “estratégia desenvolvimentista”.³² Dias antes da notícia, Delfim Netto³³ falava da necessidade de aumentar em 80% a exportação de manufaturas para poder manter o atual ritmo de crescimento industrial. Quinze dias atrás, preconizava a “guerra por novos mercados”. E faz menos de um mês estava nos EUA dizendo que se não se levantassem as barreiras alfandegárias toda a política “desenvolvimentista” poderia vir abaixo.

Segundo: um novo avanço da luta de classes estudantis e operárias. Para compreender esse novo avanço, é necessário que os companheiros argentinos tenham claro duas coisas:

a) as lutas operárias se dão aqui em forma bem distinta que as da Argentina. Não existe uma burocracia forte – e muito menos uma estrutura nacional, nem sequer regional. É uma burocracia completamente diferente da peronista. Não existe CGT e os sindicatos nunca existiram dentro das fábricas. Não há, nem houve, delegados eleitos pelos companheiros de fábrica e não há experiência de comissões de fábricas.

b) Existem profundas diferenças econômicas e geográficas no nível de organização e experiência política da classe operária e dos estudantes entre as diversas sub-regiões. Não se podem compreender as lutas sociais e revolucionárias se não se entende isto, não é a mesma coisa o nordeste, o centro, o sul ou a Amazônia.

Com desigualdades de ritmo e forma, podemos dizer que existe nacionalmente um importante avanço. Ocorreram greves operárias na Bahia, Rio, São Paulo etc. Este avanço é mais visível e mais amplo em São Paulo.³⁴ É um processo lento e muito debilitado, através de pequenas greves, pela formação de pequenos comitês ou grupos de ativistas em diversas fábricas, por uma maior participação nos sindicatos ou pela formação de oposições sindicais antiburocráticas e antipatronais; e, entre os estudantes, pelas assembleias de faculdades, por greves contra o aumento do preço das refeições e pela existência, fortalecimento e desenvolvimento nas universidades e colégios secundários da Frente Estudantil Socialista.³⁵ Cremos que há todo um novo processo de avanço que se inicia. E se o compreendermos e nos adequarmos corretamente, politicamente e organizativamente, podemos dar uma saída para a atual situação do país.

7) *Como pensam vocês em intervir?*

Há uns oito meses atrás, duas organizações de esquerda, através de

um manifesto, fizeram um chamado para a formação de uma frente operária de esquerda. Nós aceitamos a princípio, mas não foi possível concretizá-la, entre outros motivos, porque uma das organizações, o POC (Partido Operário Comunista), foi profundamente golpeado, rompendo-se desde então os contatos. Mesmo com esse tropeço, vemos como possível a concretização de uma Frente Operária Socialista, armado de um correto programa de transição. O trabalho na classe operária tem nos fortalecido política e organicamente e aponta para a realização da Frente, que pode ser realizada com a coordenação de organizações nos comitês de fábricas e de ativistas.

8) *Vocês enxergam fissuras dentro do regime e na ditadura?*

O novo avanço das lutas operárias e estudantis e a crise econômica, que cada dia se faz mais evidente, criam uma nova situação na qual os choques dentro da burguesia e da própria ditadura aumentam dia a dia. Albuquerque Lima, ao pedir “liberdades sociais” e por dizer que Gil Octavio Rodriguez é o sucessor ideológico dentro das Forças Armadas, foi destituído em menos de oito dias do cargo de Diretor da Escola Superior de Guerra.³⁶ Fernando Lira, deputado da chamada ala “jovem” do MDB, critica a política da burguesia e pede liberdades políticas.³⁷ Magalhães Pinto³⁸ e outros membros da Arena exigem também mais liberdades de expressão. Por sua vez, as declarações da polícia dizendo que a “subversão” não está morta e que vai se expressar outra vez nas fábricas, sindicatos e escolas, são feitas para anunciar que é necessário aumentar a repressão.

Como vemos, diversas situações burguesas [diversos setores burgueses] entram em discordância e se chocam, como consequência do novo avanço das lutas operárias e estudantis e da crise econômica que se inicia.

9) *Como respondem as organizações revolucionárias diante do novo ascenso?*

No campo revolucionário esta nova situação também repercute. Consideramos que a unificação da Organização Comunista 1º de Maio e a Fração Bolchevique Trotskista, é um passo adiante na luta de classe e revolucionária e na construção do partido leninista no Brasil. Durante mais de dois anos e até começo de 1971, os contatos eram caóticos e, na maioria das vezes, improdutivos. Agora, a situação se modificou. Foi constituído um Comitê de Unificação que coordena o trabalho dentro do movimento operário e estudantil. E este processo de unificação é reflexo do novo avanço da luta de classes e revolucionária no Brasil.

10) *Qual a relação existe entre a unificação e a construção do partido?*

Não vemos nenhuma contradição entre a unificação e a construção do

partido. Ao contrário: a unificação é positiva, mas somente um passo. Nós vemos a construção do partido como um processo orgânico entre nossa unificação e nossa participação e fortalecimento nas lutas operárias e estudantis, e a integração dentro desse mesmo processo de outras tendências que, recusando as variantes pequeno-burguesas do reformismo e do militarismo, se voltam para a classe operária e se dirigem ao marxismo, ou seja, ao trotskismo.

11) Como colaboram as colônias de brasileiros exilados?

É dentro desse marco que têm um papel bastante importante os companheiros trotskistas exilados. No Chile, por exemplo, a formação, correto funcionamento e desenvolvimento do grupo Punto de Partida, tem muito valor. Quando estes companheiros propõem a formação de uma Tendência Revolucionária integrada por todos os grupos antimilitaristas e antirreformistas, estão contribuindo para o sucesso da tendência marxista revolucionária no exílio, com repercussões dentro do Brasil. Ajuda a romper o isolamento e o sectarismo dos grupos bem-intencionados, facilitando a discussão para a ação comum.

12) Como concebem nosso vínculo internacional?

Nossa concepção é que a construção do partido revolucionário não será possível dentro dos estreitos limites do Brasil e das colônias de brasileiros exilados. O partido somente pode ser concebido como uma parte da unidade revolucionária e da luta de classes mundial.

No nosso Congresso de Unificação, vamos definir nossa relação com o trotskismo mundial, a IV Internacional.

Fonte: Original digitalizado, 4 p. Acervo: Archivo Leon Trotsky (www.archivoleontrotsky.org).

Interviews of a forgotten history. Short introduction to the “La repressión al servicio del desarrollismo”

NOTAS

1. Tiago de Oliveira é doutorando em História Social do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Contato do autor: tiagooliveira@id.uff.br.

2. Na periodização sugerida por Karepovs e Marques Neto, a primeira geração corresponde às origens do movimento trotskista no Brasil dos anos finais da década de

1920 e anos 1930; a segunda, entre os anos 1930-1940, e uma terceira que vai dos anos 1950 até a segunda metade da década de 1960. Conf. KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, J. Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: REIS F. D. e RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, v. 5.

3. A comemoração do 1º de Maio na praça da Sé foi organizada pelo Movimento Intersindical Antiarrocho, que contava com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sindicalistas atrelados à estrutura sindical, os chamados pelegos. Na ocasião, a comemoração contava com a participação do político conservador Abreu Sodré (1917-1999), então governador do Estado de São Paulo pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). A contramanifestação foi organizada pelas oposições sindicais, em especial a recém empossada dos metalúrgicos de Osasco, organizações de esquerda e parte do movimento estudantil. Conf. RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 180; e FREDERICO, C. (Org.) *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*, vol. I – A resistência à ditadura 1964-1971. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987, p. 53-57.

4. Fábio Antônio Munhoz (1940-1993) foi militante do PCB. No início dos anos 1960, ingressa no Partido Operário Revolucionário-Trotskyista. Era estudante de história da USP quando participou da criação do ME1M. Após sua prisão, em 1969, parte para o exílio no Chile. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no fim dos anos 1970.

5. Luiz Araújo (1943-1985) era estudante de filosofia na USP, fundador do ME1M. Expulso da Organização Socialista Internacionalista (OSI) em 1978, foi professor do instituto que viria a ser o *campus* da Unesp-Marília.

6. O POR foi criado em 1952. A partir dos anos 1960, começam a surgir divergências sobre o controle personalista do dirigente da Quarta Internacional, Homero Romulo Cristali (1912-1981), mais conhecido pelo pseudônimo J. Posadas. Sobre a história desse partido, sugerimos o excelente trabalho de LEAL, M. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo*, (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

7. Vito Antônio Letizia (1937-2012), estudante em Porto Alegre-RS, foi militante do POR até 1968, quando é expulso junto com a regional por divergências políticas com a direção do partido. Foi um dos fundadores da FBT no ano seguinte, preso em 1970, fica detido três anos. Após a prisão, vai para o exílio na França e contribui com a nova aproximação entre parte da FBT e a OC1M a partir de 1975. Retorna ao Brasil em 1976, ano de fundação da Organização Socialista Internacionalista (OSI), fruto da unificação entre as organizações. Rompe com a OSI entre 1978 e 1979, foi professor na PUC-SP e participou, posteriormente, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), faleceu em 2012.

8. Essa posição causou atritos com o representante do grupo Outubro, que retornou ao Brasil impaciente por ganhar imediatamente a futura organização brasileira para o Comitê Internacional. Conf. AOS COMPANHEIROS trot.[skistas] brasileiros na França. Sobre problemas da unificação, Comitê de Unificação (OC1º de M[ai]o-FBT), 20/02/1972, 4 p. In: Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp-SP, Fundo Luiz Araújo.

9. As divisões da Quarta Internacional, fundada na França em 1938, remetem às divergências sobre as análises políticas e táticas do pós-Segunda Guerra Mundial (1940-1945). O Comitê Internacional (CI) surgiu em 1953 e reuniu organizações contrárias às teses aprovadas no Terceiro Congresso Mundial (1951): iminente conflito mundial entre os EUA e URSS e a orientação para ingressar nas fileiras dos partidos comunistas ou movimentos nacionalistas. Para o CI tratava-se de manter a perspectiva de construção de partidos trotskistas, independente politicamente tanto dos PC's quanto dos nacionalistas. O Secretariado Unificado (SU), por sua vez, resultou da unificação (1963) entre parte do CI e aqueles que deram continuidade às teses de 1951. O novo agrupamento internacional, porém, dividiu-se a partir de 1969 (Nono Congresso Mundial) entre maioria (adeptos da “guerra de guerrilhas”) e minoria (os que preconizavam o trabalho partidário entre as massas urbanas). Naquele momento, o PRT-LV era parte do SU, alinhado à sua minoria, e o POR boliviano, desde 1970, era integrante do CI, enquanto a PO da Argentina, embora afinada com o CI, não era filiada organicamente. Para uma introdução sobre a história da Quarta Internacional sugerimos ao leitor BENSÁID, D. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2007; para uma introdução com ênfase na América Latina ALEXANDER, J. R. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press, 1973 e COGGIOLA, O. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984; e para uma análise do movimento pela Quarta Internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, sugerimos o importante trabalho de MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963)*. Dissertação (Mestrado História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

10. Guillermo Lora (1922-2009) foi um dos principais dirigentes do trotskismo na Bolívia, país onde os trotskistas conquistaram, apesar de reduzido contingente, uma maior audiência para suas ideias, como entre os mineiros na revolução de 1952 e na formação da Assembleia Nacional Popular em 1971. Depois do golpe militar de Hugo Banzer, em agosto de 1971, Lora encontrava-se exilado no Chile.

11. Nahuel Moreno (1924-1987), pseudônimo de Hugo Miguel Bressano Capacete, foi dirigente de várias organizações argentinas e do movimento pela Quarta Internacional na América Latina.

12. Segundo o “relatório” feito após as primeiras atividades do Comitê na América Latina, de 06/01/1972, dentre todos os contatos feitos, somente Lora e os dirigentes de Política Obrera causaram uma má impressão entre brasileiros, pois estes não manifestaram simpatia pela perspectiva da unificação das organizações nem sobre a proposta da campanha em defesa dos presos políticos. Diferente da recepção positiva que manifestaram o Partido Revolucionario del Trabajador – PRT (do Uruguai), o PRT-LV, SWP e o Grupo Punto de Partida, este inclusive sinalizou com a perspectiva de integrar-se ao processo de unificação em curso. Conf. DOCUMENTO sem título, s/a [Comitê de Unificação], s/l, 06/01/1972, 10 p. In: Arquivo Edegard Leuenroth/Unicamp-SP, Fundo Luiz Araújo.

13. Conf. DOCUMENTO sem título, PRT(La Verdad), Fracción y 1º de Mayo, s/d [1971], 1 p. In: Archivo León Trotsky (www.archivoleon Trotsky.org).

14. A I Conferencia Latinoamericana por la reconstrucción de la 4ª Internacional foi convocada, além das duas já mencionadas, pelo Partido Obrero Marxista Revolucionario de Perú (POMR) e ocorreu em abril de 1972. Possuía como temas centrais a discussão sobre o Comitê Internacional (CI) e as perspectivas da revolução boliviana, que sofreu a um revés com o golpe de Hugo Banzer, no ano anterior. O convite foi estendido a todas as organizações que tinham participação em torno ao CI, entre elas a Organisation Communiste Internationaliste (OCI) francesa. A conferência não chegou a um acordo sobre as perspectivas para a revolução na Bolívia, ficaram divididos sobre a proposta de Lora, a Frente Revolucionário Anti-imperialista, que incluía setores burgueses, do exército e nacionalistas. A divergência se expressou inclusive entre os brasileiros, convidados como observadores. Conf. CONVOCATORIA de la Conferencia Latinoamericana. In: *América India*, nº 1, enero de 1972, p. 30. CEDEM/CEMAP, Fondo Periódicos; RAPPORT de la delegation française a la Conference Latino-americaine, s/a [OCI], s/d [1972], s/l, 33 p. In: Arquivo pessoal de Arkan Simaan; AOS COMPANHEIROS trot.[skistas] brasileiros na França. Sobre problemas da unificação, Comitê de Unificação (OC 1º de M[ai]o-FBT), 20/02/1972, 4 p. In: Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp-SP, Fundo Luiz Araújo.

15. Este segundo momento contou, além do (re)início das aproximações entre a FBT, OCIM e Outubro, também com a unificação de um setor da FBT, proveniente dos militantes presos em 1972, com a Liga Operária (LO), criada na Argentina, ao final de 1973, por militantes que conseguiram escapar à repressão pós-golpe de Pinochet. Conf. Unificação: acordos da última reunião. In: *Revista Perspectiva Revolucionária*. Publicação pela reconstrução da IV Internacional, nº 1, s/l, fevereiro 1975, 4-5 p. CEDEM/CEMAP, Fondo periódicos; CARTA a Nahuel Moreno. Vieira [pseudônimo], s/l, s/d [1974], 6 p. (em espanhol). Arquivo León Trotsky (www.archivoleontrotsky.org); e PRIMER Congreso de la Liga Operaria. In: *Revista de América*. Buenos Aires, año I, nº 1 (segunda época), marzo 1975, p. 6. Archivo León Trotsky (www.archivoleontrotsky.org).

16. A repressão política que se expandiu pelos países da América do Sul nos anos 1970 e 1980 foi além da sucessão de ditaduras militares, contou também, desde os primeiros momentos, com iniciativas de cooperação regional dos serviços de segurança e informações dos Estados militarizados no “combate à subversão”. Formalizada em 1975 com a criação da Operação Condor, com apoio direto dos EUA, através da Central Intelligence Agency (CIA), essa articulação continental de repressão seletiva a opositores dos regimes contou com a atuação conjunta em diversos países da região e a formação de um banco de dados sobre os perseguidos políticos. Fizeram parte dessa operação Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Uruguai, com a posterior integração do Peru e Equador. Conf. BRASIL. Conexões internacionais: A Aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. In: BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*, vol. I. Brasília: CNV, 2014. p. 220-273. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>, acesso em: 24 nov. 2016.

17. As expressões “morenistas”, “lambertistas”, “mandelista” entre outros são neologismos derivados a partir dos nomes de dirigentes das organizações trotskistas, no caso, Nahuel Moreno (1924-1987), Pierre Lambert (1920-2008) e Ernest Mandel (1923-1995). Esse procedimento, presente nas discussões e polêmicas políticas, sintetizava posições teórico-políticas das organizações. Transpostos para a pesquisa

histórica, no entanto, tornam-se reducionistas ao identificar organizações nacionais a seus agrupamentos internacionais, ao desconsiderar as diferentes trajetórias e formas de atuação marcadas pelas distintas formações sociais. Além de identificar e confundir um conjunto de militantes a uma figura dirigente, obscurece também outras personalidades de relevo das organizações, como Daniel Bensaïd (1946-2010) e Lívio Maitan (1923-2004), dirigentes na mesma organização internacional com Ernest Mandel; Pierre Broué (1926-2005) e Stéphane Just (1921-1997) dirigentes da OCI com Pierre Lambert, entre outros exemplos. Conf. BIANCHI, Alvaro. É possível escrever a história dos trotskismos brasileiros? In: *Perseu: história, memória e política/Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda*. Vol. 1, nº 8. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 360-380. E LANUQUE, J.-G. Réflexions et réfections sur l'utilisation du vocabulaire dans l'étude de l'extrême gauche. In: BIGARÉ, Jean-Pierre et all. *Bulletin de liaison des études sur les mouvements révolutionnaires*. s/l, s.c.p., décembre 1998, 1ère année nº 1. 44 p.

18. Conf. BIANCHI, Alvaro. É possível escrever a história dos trotskismos brasileiros? In: *Perseu: história, memória e política/Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda*. Vol. 1, nº 8. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 360-380.

19. A versão da entrevista que tomamos por base para essa tradução foi reproduzida na edição nº8/9 da *Revista de América*, publicada em maio de 1972. A mesma entrevista também foi publicada igualmente na primeira e única edição da *Revista Punto de Partida*, do grupo homônimo de brasileiros exilados no Chile, em janeiro de 1973. Apesar de a apresentação apontar que a entrevista foi realizada no Brasil, não há evidências de que ela tenha acontecido em terras brasileiras. Ao contrário, como argumentamos em nossa introdução, foram os brasileiros que estiveram na Argentina. É razoável supor então que tal expediente tinha preocupações relacionadas com a segurança dos brasileiros e confundir a repressão política. Conf. entre outros DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio até os dias atuais], s/a, s/l, 14/01/1973, 30 p. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo. *Punto de Partida*. Revista de los marxistas revolucionarios brasileños. Chile, s.c.p., enero 1973, nº 1. 5-8 p. Acervo pessoal de Arkan Simaan. Nossa tradução reproduz tal como foi publicada na *Revista de América* nº 8/9. Conf. La repressión al servicio del desarrollismo. In: *Revista de América* nº 8/9, s/l. [Argentina], s.c.p., mayo/agosto de 1972. 38-41 p. Archivo León Trotsky (www.archivoleontroutsky.org).

20. Era comum entre as esquerdas revolucionárias do período a utilização da expressão fascista, muitas vezes sem precisão conceitual, para designar os governos e o regime político subsequentes ao golpe de Estado de 1964. Para os trotskistas brasileiros, na ocasião da entrevista, eles preferiram caracterizar a Ditadura Militar como semifascista, ou seja, um regime político não abertamente fascista, pela ausência de um partido mobilizando as massas pequeno-burguesas. O qualificativo semifascista então apreendia a intensidade da repressão, exercida através dos aparelhos policial-militar, que atingia também setores burgueses, mas estava voltado prioritariamente e diretamente para impedir de maneira violenta a organização e expressão política independente do movimento operário. Assim, os militantes do Comitê de Unificação FBT-OCIM partilhavam a análise que resultou das discussões sobre governos e regimes políticos da América Latina durante o V Congresso do PRT-LV. Sobre esse

último aspecto, ver Los gobiernos latinoamericanos y la lucha revolucionaria. Documento del V Congreso del PRT (La Verdad) – Octubre 1971. In: *Revista de América*, nº 8/9, mayo/agosto de 1972, p. 10-16. As principais referências para a discussão do fascismo entre os trotskistas são TROTSKY, L. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. Sundermann: São Paulo, 2011; e TROTSKY, L. *Aonde vai a França? Desafio*: São Paulo, 1994.

21. A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949 por oficiais militares e contou com a assistência e consultoria dos EUA e França. Junto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituições civis, protagonizou as articulações golpistas para a deposição de João Goulart em 1964. O general Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) era uma das principais lideranças do complexo ESG/IPES/IBAD e tornou-se o primeiro ditador depois do golpe. Conf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981; e ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

22. Na sequência do rapto do embaixador dos EUA pelas organizações revolucionárias, em setembro de 1969, o regime militar estabeleceu, no mesmo mês, a pena de morte, prisão perpétua e o banimento, com o Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969, reforçando a estrutura legal do aparato repressivo. Embora legalmente não aplicada, o regime assassinou diversos opositores ilegalmente. Conf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; e ALVES, M. H. M. *Op. cit.*

23. Rubens Beirodt Paiva (1929-1971), engenheiro civil e ex-deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962, cassado pelo primeiro Ato Institucional de 9 abril de 1964, tornou-se um dos casos emblemáticos, pela grande repercussão, de desaparecimento forçado. Em janeiro de 1971, Rubens Paiva foi levado da sua casa por agentes da repressão e nunca mais voltou. Assassinado, em decorrência das sessões de tortura no DOI-CODI/RJ, seus restos mortais nunca foram encontrados. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Op. cit.*, p. 630-634. Ver também a pesquisa sobre o caso presente no relatório final da Comissão Nacional da Verdade em: BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*, vol. I. Brasília: CNV, 2014. p. 562-570. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>, acesso em: 24 nov. 2016.

24. Mario Alves de Souza Vieira (1923-1970) foi militante do PCB até sua expulsão no VI Congresso do partido em 1967. Junto com outros militantes expulsos por divergências políticas, Mario Alves fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual foi o principal dirigente. Em janeiro de 1970, foi sequestrado por agentes do DOI-CODI/RJ e barbaramente torturado até a morte. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Op. cit.*, p. 445-446.

25. Carlos Marighella (1911-1969) foi assassinado por agentes do DOPS-SP em 4 de novembro de 1969 em São Paulo, e Joaquim Câmara Ferreira (Toledo) (1913-1970) foi torturado até a morte em 23 de outubro de 1970, no DOPS-SP, ambos eram dirigentes da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma ruptura do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1967, uma das principais organizações da esquerda armada.

Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 96-103, 114-116.

26. Carlos Lamarca (1937-1971), capitão do Exército brasileiro, foi executado pelo exército em 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia. Fora integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Op. cit.*, p. 497-505.

27. Antônio Raymundo de Lucena (1921-1970), dirigente da VPR, foi assassinado por policiais em 20 de fevereiro de 1970 em Atibaia-SP. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Op. cit.*, p. 328-333.

28. Luiz Eduardo da Rocha Merlino (Medina) (1947-1971) foi morto em 19 de setembro de 1971, em decorrência das sessões de tortura a que foi submetido na Oban/DOI-Codi em São Paulo. Merlino foi preso em Santos poucos dias depois de chegar da França, onde estabeleceu contato com o movimento trotskista e retornou ao Brasil a fim de reorganizar o Partido Operário Comunista. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (org's). *Op. cit.*, p. 600-604; e COLETIVO MERLINO. *Merlino Presente! Caderno de combate pela memória*. s/l, s.c.p., janeiro de 2011, 40 p.

29. Em 11 de novembro de 1971, foi instituído o Decreto nº 69.534 que autoriza o Executivo do Estado a promulgar *decretos-leis secretos*, sem a publicação em qualquer veículo de imprensa oficial. Conf. ALVES, M. H. M. *Op. cit.*, p. 159.

30. Os brasileiros referem-se aqui à greve de fome feita por presos políticos do presídio da ilha das Flores no Rio de Janeiro em 1970. Eles denunciavam o sequestro de presas políticas à porta do Presídio Feminino de Bangu, depois de terem sido soltas, por mandato do Superior Tribunal Militar. Conf. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Relação das principais greves de fome*. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/relacao-das-principais-greves-de-fome>>, acesso: 29 ago. 2016.

31. A única evidência que podemos encontrar para sustentar a afirmação sobre a crise econômica internacional àquela altura é a desvalorização unilateral do dólar feita pelo presidente dos EUA Richard Nixon em 1971, visando aumentar a competitividade das mercadorias do seu país, que perdia mercado para as indústrias da Alemanha Oriental e Japão. Mas essa medida ainda estava longe de causar os impactos, que seriam sentidos a partir de 1974 em consequência do choque da alta do petróleo. Conf. KUCINSKI, B. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

32. Aqui os entrevistados aludem às dificuldades econômicas dos EUA que perdia mercados para as indústrias da Alemanha Ocidental e Japão em 1971. No início desse ano, os EUA acenaram, como solução, com a criação de barreiras alfandegárias, ou seja, a criação de impostos sobre as importações. O que poderia acarretar em prejuízos para a economia brasileira ao reduzir os ganhos com a exportação aos EUA. No entanto, a solução decidida veio em agosto com a desvalorização unilateral do dólar, aumentando assim a competitividade de suas mercadorias. Conf. KUCINSKI, B. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982. p. 23-24.

33. Antônio Delfim Netto (1928) foi um dos principais civis em atividade na ESG, tornou-se ministro da Fazenda de 1967-1973. Conf. ALVES, M. H. M. *Op. cit.* p. 25.

34. Os trotskistas brasileiros exageraram nessa avaliação, 1971 foi o ano do maior cerco ao movimento operário e popular, não houve registro de greves ou outras manifestações nesse ano. Em 1972, o movimento dos trabalhadores ainda era muito incipiente, com a eclosão de 11 greves na região da grande São Paulo, a situação só viria a alterar a partir de 1973 com ações em sua maioria por aumento de salário. Conf. FREDERICO, C. (Org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984. A crise do “milagre brasileiro”*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. Vol 2. 95-110 p.

35. A Frente Estudantil Socialista (FES) foi criada em julho de 1970 pela Organização Comunista 1º de Maio. Dela também participaram militantes da FBT, em decorrência do processo de unificação das organizações então em curso, até a queda da fração em 1972. A FES atuou até 1976, quando inicia a unificação dos setores estudantis da OCIM e da Organização Marxista Brasileira (OMB), que deu origem à tendência estudantil Liberdade e Luta. Conf. DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio até os dias atuais], s/a, s/l, 14/01/1973, 30 p. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo; e CARTA de Lino [Luiz Araújo] para Raul [Arkan Simaan] e Filinto [Francisco Solano], São Paulo [Brasil-França], 19/01/1971, 2 p. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo.

36. Na bibliografia e acervos de jornais do período consultados, não encontramos o registro desse episódio, assim como qualquer menção ao militar de nome Gil Octávio Rodriguez. É bem provável que eles tenham se confundido ou que os argentinos equivocaram-se na transcrição da entrevista. O fato é que em março de 1971 Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909-1981) foi transferido para a reserva, encerrando assim sua carreira militar, e conseqüentemente suas ambições políticas, ao lhe ser negada a patente de general quatro estrelas, condição que o habilitaria a disputar a Presidência – na tradição militar, somente oficiais do último grau da hierarquia poderiam chegar ao Planalto. Tratava-se de uma punição ao militar de temperamento conservador e de viés nacionalista, com influência entre a oficialidade, por sua atuação na crise sucessória que se seguiu ao adocimento de Costa e Silva (1899-1969) em 1969, quando entrou na disputa pela Presidência. Conf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acesso em: 24 nov. 2016.

37. Fernando Soares Lira (1938-2013) à época iniciava seu segundo mandato como deputado federal por Pernambuco (PE) na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o primeiro foi na legislatura 1967-1971 como deputado estadual no mesmo estado e pelo mesmo partido. Alinhado ao que foi chamado de “grupo dos autênticos” do MDB defendia uma oposição mais contundente ao regime militar, contrapondo-se ao “grupo moderado” que defendiam uma posição mais conciliadora com o governo. Conf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Op. cit.*

38. José de Magalhães Pinto (1909-1996), banqueiro e político mineiro, foi um dos líderes civis do golpe de 1964. Em 1971, era senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Suas diferenças políticas com o governo, prenunciada pelos entrevistados, tornaram-se mais evidentes em 1978 quando tentou tornar-se candidato à sucessão de Ernesto Geisel. Conf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Op. cit.*